

SUFRAMA/CAPDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Grupo de Investigação Sobre Relação Educativa e Aprendizagem –
Linha de pesquisa Educação, Sociedade e Meio Ambiente (UFAM/CNPq)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Comitê de Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia - CAPDA

Universidade Federal do Amazonas

Campus Vale do Rio Madeira - IAA

PROJETO:

I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
Desafios da Democracia e Cidadania no *Vale do Rio Madeira*

Projeto apresentado à Superintendência da Zona Franca de Manaus -
SUFRAMA, por do CAPDA – Comitê de Atividades de Pesquisa e
Desenvolvimento na Amazônia, nos termos estabelecidos em conformidade
com as prioridades e objetivos da Lei de Informática nº 8.387/1991 por
Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas & Colaboradores.

Humaitá, Amazonas, Brasil, abril de 2009.

Índice

Resumo	3
1. Identificação	4
2. Justificativa	5
2.1. O desafio da construção da cidadania brasileira	6
2.2. Direitos Humanos na Amazônia: pesquisa, formação e ação	8
3. Objetivo geral	9
3.1. Objetivos específicos	10
3.2. Metas	10
4. Temas – Conferências/ Mesas/Grupos de trabalhos	11
5. Público alvo	13
6. Estrutura básica de organização	13
6. 1. Tipos de atividades	13
6.2. Conferências e conferencistas	13
6.3. Normas gerais	14
6.4. Apresentação de trabalhos	14
6.5. Correspondência	15
7. Resultados esperados	15
8. Equipe envolvida	16
9. Recursos materiais e financeiros	17
10. Cronograma de execução	17
Referências	18

Resumo

O *I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira*, uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Relação Educativa e Aprendizagem - Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Meio Ambiente (UFAM/CNPq), objetiva contribuir para a construção de um espaço acadêmico sistemático que proporcione o debate de temas pertinentes ao desenvolvimento social, em especial no contexto do Sul do Estado do Amazonas/Humaitá. O evento poderá se traduzir na primeira ação desta natureza realizada com apoio dos incentivos da Lei de Informática SUFRAMA/CAPDA, no cenário do novo *Campus* universitário federal instalado em 2006 no município. A unidade acadêmica atende atualmente 1000 estudantes em 8 cursos, contando com 44 professores em regime de dedicação exclusiva. Nesta edição inaugural o evento enfocará como temática central os 61 anos da promulgação dos Direitos Humanos pela ONU, refletindo sobre as condições reais da vida dos cidadãos que habitam a região do Sul do Amazonas, bem como as perspectivas de desenvolvimento humano, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida na Amazônia a partir das atividades da universidade federal em processo de interiorização, favorecendo as oportunidades para mobilidade social e desenvolvimento profissional e científico no contexto em causa.

Palavras chave: Direitos Humanos, Sociedade, cultura e educação, Dialéticas ameríndias, Dialéticas afrodescendentes, Gênero e diversidade, Ética e cidadania. Amazônia e meio ambiente, Formação de professores e cidadania, Violência escolar: *bullying/mobbing*.

1. IDENTIFICAÇÃO

Título: *I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA -
Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira*

Tipo de Ação: Evento

Área Conhecimento: Ciências humanas

Área Temática Principal: Educação

Área Temática Secundária: Direitos Humanos e justiça

Propósito: Concorrer aos incentivos da Lei de Informática/SUFRAMA/CAPDA

Data INÍCIO: 1/5/2009

Data FIM: 30/7/2009

Instituição de Vinculação do Projeto: UFAM - *Campus* Vale do Rio Madeira –
Humaitá-Amazonas

Público estimado: 350 participantes

Valor solicitado: 15.000,00 (quinze mil reais)

Certificação: *Grupo de Investigação Sobre Relação Educativa e Aprendizagem – Linha
de Pesquisa Educação, Sociedade e Meio Ambiente – UFAM/CNPq*

Coordenadora: Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas

e-mail: suelyanm@ufam.edu.br ou suelymascarenhas1@yahoo.com.br

Endereço: Rua 29 de agosto, 786 – centro – CEP 69800-000

Humaitá-Amazonas

Telefone: 97 3373 1180

2. JUSTIFICATIVA

Considerando literatura especializada no domínio dos direitos humanos (Brasil, 1988, 1997, 1998, 2001,2002, 2003, 2006; ALMEIDA & DEL BAIRRIO, 2002; ARENDT, 1983; AVILÉS, 2002, 2006^{a,b}; AVILÉS & MASCARENHAS, 2007^{a,b}; BOBBIO, 1992; COSER, 1986; DELOURS, 2002; FANTE, 2005; FERREIRA, 2008; FREIRE, 1995; FRITZEN, 2007; HIRIGOYEN, 2007; LEYENS & YZERBYT, 2004, LIMA, 2004; MAGENDZO, 1994; MARINHO & CABALLO, 2002; MARTINS, 2005; MASCARENHAS & ALMEIDA, 2006; MASCARENHAS, 2006; MASCARENHAS, HERNÁNDEZ-PINA, ALMEIRA E AVILÉS, 2007; MARTINS, 2005; MONTEIRO, 2004; PERALTA, SÁNCHEZ, TRINAES & DE LA FUENTE, 2003, SANTOS JR, 1991, SANTOS, 2007 & ZENAIDE, 2006) bem como o exposto no preâmbulo da *Declaração universal dos direitos humanos (ONU, 1948)* enfatizando que:

(i) O reconhecimento da dignidade inerente a todos, os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

(ii) Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

(iii) Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

(iv) Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

(v) Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

(vi) Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

(vii) Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso, a realização do I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira, uma iniciativa do Grupo de Investigação Sobre Relação Educativa e Aprendizagem Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Meio Ambiente (UFAM/CNPq), justifica-se em razão da criação de um espaço de reflexão, através da apresentação de trabalhos acadêmicos, sobre a questão dos direitos humanos em suas mais diferentes matizes.

2.1.O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA

A construção da cidadania no Brasil esteve constantemente atrelada aos projetos e interesses das elites socioeconômicas e políticas; raramente vinculou-se a um projeto coletivo com ampla participação social e inclusão (CHAUÍ, 1984). Dessa forma, os direitos, de um modo geral, sempre foram pensados como concessões paternalistas ofertadas pelos grupos dominantes ao restante da população.

A cidadania plena é condição indispensável para a realização dos direitos humanos, pois opera como uma espécie de alicerce social no qual eles se constroem e se reproduzem. Tal condição se constata de forma ainda muito tímida no Brasil. Pesquisadores e defensores dos direitos humanos deparam-se, nesse cenário, com um árduo caminho para incorporá-los a vida política, cultural, social, educacional e científica do país.

É relativamente comum pensar a luta por direitos sociais e liberdades no Brasil, sob a ótica dos direitos humanos, como algo recente. Eles adquiriram, como referência para as mobilizações políticas, uma relevância destacada nos últimos 40 anos. A

ditadura militar que conduziu o país em 1964 ao autoritarismo e à centralização do poder, a partir de um conjunto de práticas repressivas, impôs um retrocesso à construção da democracia e dos direitos humanos, justamente no momento em que os movimentos populares e sindicais, do campo e da cidade, estavam exigindo uma distribuição justa dos bens produzidos pelo trabalho e uma maior participação social na decisão dos rumos adotados pelo País. Porém, foi na resistência à ditadura e durante a redemocratização formal do Brasil que diversos grupos religiosos, organizações políticas e movimentos sociais contribuíram com a produção de um conjunto de experiências fundamentais para as lutas subseqüentes em prol dos direitos humanos, principalmente no campo educacional e cultural.

A Constituição Federal de 1988, que contou com destacada participação social, incorpora diversas bandeiras tradicionais dos direitos humanos, principalmente no campo das liberdades civis e políticas. Contudo, no que se refere à dimensão social e econômica, mesmo que significando um avanço em relação ao passado, possui limitações que não podem deixar de ser pensadas como uma manutenção do *status quo*, marcando a divisão social que caracteriza o país e a imposição dos interesses dominantes, principalmente políticos e econômicos. É justamente nessa dimensão que residem os principais obstáculos à construção e incorporação dos direitos humanos na vida social brasileira. O quadro aprofundado de desigualdade opera como um impeditivo estrutural para a consolidação dos direitos humanos, visto que impossibilita para a maioria da população o acesso aos meios e aos conteúdos sociais, culturais e políticos indispensáveis a uma convivência democrática.

Por outro lado, atualmente os direitos humanos no Brasil assumiram uma projeção relativamente destacada. Na sociedade civil diversos movimentos se articulam e se mobilizam para pressionar os poderes públicos e a sociedade na defesa e promoção dos direitos humanos, principalmente os relativos à questão rural, às relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual, pessoas vivendo com o vírus HIV, à questão socioambiental, entre outras.

No campo estatal, algumas ações foram realizadas na última década no intuito de garantir a defesa e a promoção de uma cultura dos direitos humanos, o que sugere uma incorporação das pressões e movimentos da sociedade. Foram elaborados dois Programas de Direitos Humanos (1998 e 2002) e um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003, revisto e publicado novamente em 2006), com ampla

participação social e que visam subsidiar e promover a construção de uma cultura dos direitos humanos, por meio de ações oriundas de diversos campos sociais, como a mídia, a educação, o judiciário, os movimentos sociais, setores científico etc. Em âmbito federal existe ainda uma Secretaria de Direitos Humanos, com *status* de ministério, responsável pela construção de políticas públicas na área e que expressa um importante avanço para a consolidação institucional da temática.

É evidente que tais movimentos e instituições não significam a hegemonia dos direitos humanos no Brasil. O país é cenário de profundos níveis de desigualdades sociais, regionais, raciais, de gênero, que oferecem o conteúdo para a violência cotidiana, a exclusão da maioria da população dos mecanismos elementares da dignidade de vida, a constituição de uma cidadania frágil e irrealizada, a concentração das oportunidades e a permanência das relações autoritárias de poder e dominação. Diante de tal contexto, qualquer luta por direitos humanos parece reduzida e insuficiente, mas abrir mão dos mesmos implica no abandono de qualquer pretensão à construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, um permanente desafio para a reflexão política e acadêmica. Nesse sentido, os direitos humanos constituem uma referência fundamental para a análise e a ação em diversos campos de atuação, principalmente no educacional, com ressaltam os Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos.

2.1. DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA: PESQUISA, FORMAÇÃO E AÇÃO

A constituição de uma sociedade democrática, pautada nos valores da justiça social e das liberdades fundamentais constitui um desafio permanente no Brasil. A violação dos direitos humanos, em todas as suas dimensões, integra as práticas sociais de diversas instâncias públicas, das relações interpessoais, dos órgãos de imprensa, das instituições judiciais, educacionais etc. Tais violações, que contam com diversos mecanismos de legitimação social, são produzidas e reproduzidas em articulação com profundas desigualdades socioeconômicas e com formas distintas de preconceito e discriminação.

A construção de um cenário diverso demanda uma multiplicidade de ações do poder público, da sociedade civil e demais setores. Uma estratégia que soma esforços

nesse sentido é o aprofundamento de uma cultura de promoção e garantia dos direitos humanos, por meio de uma formação inicial e continuada que integre os direitos humanos como eixo estruturante do trabalho docente. Neste sentido, a universidade tem se apresentado como um dos espaços fundamentais, seja garantindo uma formação inicial democrática e crítica, seja desenvolvendo pesquisas na área e mobilizando projetos de extensão¹.

Em consonância com os desafios e o papel da universidade pública na construção de uma sociedade mais justa e democrática (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) compreendemos ser de fundamental importância a realização de um evento sobre Direitos Humanos em Humaitá - AM, que congregue uma reflexão sobre os problemas e as questões locais com as questões postas em âmbito nacional e internacional. Isso assume uma relevância ainda maior, considerando que em 2008, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, completa 60 anos e eventos em distintos locais do país e do mundo estão sendo realizados. Data que exige um conjunto de comemorações, mas, sobretudo, de avaliações e reflexões sobre os limites dos direitos humanos em nosso país e na região amazônica em particular, bem como sobre o papel social dos agentes na construção de relações sociais mais democráticas.

A agenda deste evento constituída por debates, reflexões e avaliações sobre direitos humanos em Humaitá pode representar uma importante ação de formação e de incentivo à pesquisa e extensão para docentes e discentes do *campus* e para demais membros da comunidade acadêmica. Situação que apóia a consolidação da instituição como importante pólo de referência regional, bem como promove a incorporação dos direitos humanos como subsídio indispensável para a formação dos cursos de bacharelado e licenciatura da UFAM – *Campus* Vale do Rio Madeira.

Os desafios postos ao desenvolvimento científico e cultural da região devem articular a busca pelo crescimento socioeconômico a um aprofundamento da cidadania, da justiça social e da democracia. Condição com fortes articulações regionais e, sobretudo, profundas implicações universais.

¹ ZENAIDE, Maria de Nazaré (org.). *A Formação em Direitos Humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão*. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

3. OBJETIVO GERAL:

Editar o *I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira* em, Humaitá, Amazonas, objetivando a reunião de pesquisas e reflexões sobre o papel da Universidade na produção de uma cultura dos direitos humanos, considerando particularmente o contexto da Amazônia.

3.1.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(i) Realizar o *I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira* em Humaitá, Amazonas, Brasil buscando a participação de congressistas da região (Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí, Lábrea).

(ii) Divulgar a extensão e a investigação em educação, psicopedagogia, meio ambiente, psicologia escolar, sociologia, antropologia, filosofia, ambiente social, cidadania e democracia no contexto amazônico na perspectiva do desenvolvimento e do exercício dos direitos humanos no interior da Amazônia/Amazonas - Vale do Rio Madeira.

(iii) Congregar especialistas de distintas áreas, estudantes, professores (as) e gestores(as), o evento visa ainda o aprofundamento de conhecimentos sobre a diversidade sociocultural e econômica da região e o papel da educação na construção de novos paradigmas em direitos humanos.

(iv) Refletir sobre a importância do ensino, da pesquisa e da extensão universitária no interior do Amazonas 61 anos após a Declaração dos Direitos Humanos e seus efeitos sobre a consciência cidadã e qualidade de vida da população.

3.2. METAS

(i) Atingir um público de 350 participantes nos trabalhos agendados para nos dias de realização do evento 22 e 23 de julho de 2009.

(ii) Redigir um documento final coletivamente com os grupos de trabalhos e conferencistas que pode ter como título: “ *A Carta de Humaitá – Desafio do exercício dos direitos humanos no interior da/Amazônia-Amazonas*”, no dia 23 de julho de 2009.

(iii) Editar um CDROOM com os textos das comunicações, conferências apresentados até o final de junho de 2009.

4. TEMAS – CONFERÊNCIAS/MESAS/GRUPOS DE TRABALHOS:

As atividades do *I Congresso Direitos Humanos e Educação na Amazônia – Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira* serão organizadas a partir de conferência/mesas de debates com vários conferencistas seguido de debates com os participantes, comunicações e seminários com base nas temáticas de 5 grupos de trabalhos, a saber:

GRUPO DE TRABALHO 1 – DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA – BULLYING E MOBBING

Este grupo tem como objetivo reunir pesquisadores com trabalhos sobre a temática da violência escolar – *bullying* (estudantes e docentes) iguais e *mobbing* (administrativa e burocrática) nas diferentes esferas da educação formal, Bem – estar docente e cidadania, violência de gênero e cidadania na perspectiva do exercício dos direitos humanos no contexto histórico contemporâneo.

Coordenação: Suely A. do Nascimento Mascarenhas - suelyanm@ufam.edu.br
Fabiana Soares Fernandes e Valdemir de Oliveira Tenório

GRUPO DE TRABALHO 2 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Este grupo tem como objetivo reunir estudiosos e pesquisadores interessados no tema das relações entre educação, sociedade, cultura, antropologia, direitos humanos e cidadania tendo em vista o desenvolvimento de uma sociedade democrática de direito no contexto histórico e geográfico do interior do Amazonas/Humaitá atual.

Coordenação: Valmir Flores Pinto, Aldair de Oliveira Andrade e Robson Santos

GRUPO DE TRABALHO 3 - DIALÉTICAS AFRODESCENDENTES, EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA

Este grupo tem como objetivo reunir estudiosos e pesquisadores interessados em estudar educação e relações étnicas – racial com ênfase nos afro-descendentes na perspectiva do respeito à diversidade e exercício da cidadania no interior do Amazonas.

Coordenação: Ednailda Santos e Robson Santos

GRUPO DE TRABALHO 4 - EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE

Este grupo tem como objetivo reunir estudiosos, pesquisadores e lideranças interessadas nas temáticas relacionadas à sociedade, cultura e meio ambiente no contexto histórico e geográfico da Amazônia em especial o Sul do Estado do Amazonas/Humaitá, buscando repensar e refletir sobre a perspectiva do desenvolvimento sustentável, com vistas a desenvolver estudos que colaborem com a melhoria da qualidade de vida e exercício dos direitos humanos na região atualmente.

Coordenação: Eleonora Alvarenga de Andrade e Luciana Braga

GRUPO DE TRABALHO 5 - DIREITOS HUMANOS E QUESTÃO INDÍGENA

Este grupo de trabalho tem como objetivo reunir pesquisadores, professores, estudiosos e lideranças sociais interessadas nas relações entre questões ameríndias, democracia, cidadania, formação de professores e cidadania e exercício de direitos humanos no contexto histórico e geográfico da Amazônia em particular no contexto do Sul do Amazonas região do Vale do Rio Madeira/Humaitá e jurisdição.

Coordenação: Eulina Maria Leite Nogueira, Vera Lucia Reis e Eliane Regina Martins Batista

5. PÚBLICO ALVO

Estudantes de licenciaturas, professores em geral, pais de estudantes, gestores, supervisores escolares, psicopedagogos, orientadores educacionais, diretores de escola, técnicos, lideranças educacionais, jurídicas, governamentais, integrantes de movimentos sociais e da comunidade em geral interessados nos temas do congresso.

6. ESTRUTURA BÁSICA DE ORGANIZAÇÃO

As atividades serão coordenadas por duas comissões organizadora e coordenadora integradas por docentes da UFAM.

(i) Comissão coordenadora: Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, Robson dos Santos, Eulina Maria Leite Nogueira, Luciana Braga, Ednilda Maria dos Santos, Aldair Andrade de Oliveira, Eleonora Alvarenga de Andrade e Rubens Soares de Oliveira.

(ii) Comissão organizadora: Valmir Flores Pinto, Eliane Regina Martins Batista, Vera Lúcia Reis, Valdemir de Oliveira Tenório, Joanna Silva e Viviane Braz Nogueira, Fabiana Soares Fernandes.

6.1. TIPOS DE ATIVIDADES:

- Conferências/mesas de debates por conferencistas convidados – 120 minutos
- Seminários com apresentação de trabalhos - 60 minutos
- Comunicações orais – 30 minutos

6.2. CONFERÊNCIAS E CONFERENCISTAS E CONFERENCISTAS – A CONFIRMAR:

- Educação, Cidadania e Qualidade de Vida no Interior do Amazonas – Desafios de uma Construção Coletiva.
- Raciocionalismo, uma Proposta Educacional Para a Cidadania Democracia.
- Discursos Ameríndios, Educação, Cidadania e Democracia no Interior do Amazonas-Desafios e Perspectivas.
- Cidadania Ambiental no Amazonas – Compromisso de Todos
- Ética e Moralidade Amazônica X Educação e Democracia – Perspectivas
- Sociedade, Cultura, Diversidade e Direitos Humanos no Interior do Amazonas

- Gênero, Diversidade e Direitos Humanos no Interior do Amazonas/Humaitá
- O Papel do Judiciário na Defesa dos Direitos Humanos em Humaitá/Amazonas
- Educação em Direitos Humanos no Brasil – Que Desafios e Perspectivas?

6.3. NORMAS GERAIS

Serão abertas a partir de 01 maio a 31 de maio as inscrições com apresentação de comunicações e seminários para o ***I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira***, que acontecerá nos dias 22 e 23 10 de julho de 2009 no auditório e dependências da UFAM em Humaitá. Inscrições sem apresentação de trabalhos poderão ser realizadas até o dia 8 de outubro conforme disponibilidade de vagas.

A primeira edição do evento promovido com apoio da SUFRAMA/CAPDA – Lei de informática tem como tema principal: Direitos Humanos X Qualidade da educação, sociedade, cultura, democracia e cidadania no Vale do Rio Madeira e, como sub-temas, desenvolvidos por meio de seminários específicos a serem coordenados por docentes da UFAM observando as seguintes temáticas a serem realizada em cinco grupos de trabalhos específicos:

- Grupo de trabalho 1 – Direitos humanos x violência entre iguais – *bullying* e *mobbing*
- Grupo de trabalho 2 - Educação em direitos humanos
- Grupo de Trabalho 3 - Dialéticas afrodescendentes, educação, democracia e cidadania
- Grupo de trabalho 4 - Educação, sociedade, cultura e meio ambiente
- Grupo de trabalho 5 - Direitos Humanos e questão indígena

6.4. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

As propostas para apresentação de trabalhos podem ser de dois tipos:

- a) Seminários
- b) Comunicações orais

O tempo de apresentação para as comunicações orais será de 30 minutos (metade para exposição e metade para debate) e para os seminários de 60 minutos.

Nos dois casos, as propostas em forma de resumo devem incluir: título, nome(s) do(s) autor (es), instituição de origem, e-mail para contato, resumo (entre 250 e 300 palavras), até 6 palavras-chave, tamanho da fonte 12, espaço simples, justificado. Envio deve ser feito por e-mail, para os endereços dos respectivos grupos de trabalhos de interesse em arquivo anexo, até a data-limite de 31 de maio de 2009.

A resposta às propostas aceitas será enviada por e-mail até 10 de junho de 2009. O texto completo entre 6 e 15 páginas, para publicação nos Anais em CD-Rom do evento deverá ser enviado até 30 de junho de 2009 por e-mail. Os textos somente serão publicados se reunirem condições epistemológicas adequadas à temática e que observem às normas da ABNT para textos científicos. Cada autor (a) pode apresentar até 2 trabalhos como primeiro (a) autor (a)

6.5. CORRESPONDÊNCIA:

*Grupo de Investigação Sobre Relação Educativa e Aprendizagem
– Linha de pesquisa Educação, Sociedade e Meio Ambiente (UFAM/CNPq)*

I CONGRESSO: DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA - Desafios da Democracia e Cidadania no Vale do Rio Madeira

Universidade Federal do Amazonas-Campus Vale do Rio Madeira- IAA

Rua 29 de agosto, 786 – centro – CEP 69800-000

Fone-fax: 97 3371 1180

7. RESULTADOS ESPERADOS:

A primeira versão do congresso visa além dos objetivos e metas definidos:

(i) Ampliar as condições conceituais dos participantes para uma prática cidadã participativa e interventiva, num tempo de respeito à diversidade, onde a humanidade comemora 61 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em Paris no dia 10/12/1948.

(ii) Aprimorar a compreensão dos protagonistas acerca da necessidade da Educação em Direitos Humanos refletindo sobre a relação entre qualidade educativa e seus efeitos no processo de construção da cidadania participativa e interventiva num contexto histórico e social que se quer democrático de direito (Brasil, 1988).

(iii) Criar condições institucionais para realizar as próximas edições anualmente com temática própria.

(iv) Divulgar ao final dos trabalhos a “ Carta de Humaitá – Desafios para o exercício dos direitos humanos no interior do Amazonas “ como documento histórico da realização do evento.

8. EQUIPE ENVOLVIDA

MEMBRO	UNIDADE	TIPO (se discente bolsista, discente voluntário, docente, téc. administrativo, colaborador externo)
Suely Aparecida N. Mascarenhas	UFAM-Humaita	Docente – coordenação
Robson dos Santos	UFAM-Humaitá	Docente – coordenação
Valmir Flores Pinto	UFAM-Humaitá	Docente – coordenação
Eliane Regina Martins Batista	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Vera Lúcia Reis	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Ednailda Maria dos Santos	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Luciana Braga	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Eulina Maria Leite Nogueira	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Aldair Andrade de Oliveira	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Eleonora Alvarenga de Andrade	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Valdemir de Oliveira Tenório	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Rubens Soares de Oliveira	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Joanna Silva	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de trabalho
Viviane Braz Nogueira	UFAM-Humaitá	Docente – grupo de

SUFRAMA/CAPDA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 Grupo de Investigação Sobre Relação Educativa e Aprendizagem –
 Linha de pesquisa Educação, Sociedade e Meio Ambiente (UFAM/CNPq)

		trabalho
Fabiana Soares Fernandes	UFAM-Humaitá	Docente – grupo e trabalho
20 Estudantes a definir	UFAM-Humaitá	Discente voluntário – apoio aos grupos de trabalho
Conferencistas convidados a definir	Órgãos públicos, outras universidades e instituições afins	Colaboradores externos

9. RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

Ordem	Caracterização	Quantidade	Valor
1	Material de consumo	Diversos	6.000,00
2	Eventos – seminários, cursos, encontros (passagens, diárias, materiais de consumo para edição e cartazes e das atas em CDROOM)	04	9.000,00
Total			15.000,00

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ord.	Atividade	Abril a julho– 2009	Mai a julho de 2009	23 e 24 de julho de 2009	julho/2009 a agosto de 2009.
1	Apresentação/análise	X			
2	Organização/ divulgação do evento e inscrição dos participantes.		X	X	
3	Execução de evento			X	
4	Avaliação e elaboração de documento final sobre a atividade.				X

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, A . T. & DEL BAIRRIO, C. A vitimização entre companheiros em contexto escolar. In C. Machado & R. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol 2, pp. 57-73), Coimbra: Quarteto, 2002.
- ARENDT, H. *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1983.
- AVILÉS, J. M. M (2002). *La intimidación y el maltrato entre iguales en la ESO*. Tesis doctoral no publicada. Universidade de Valldolid, 1983.
- AVILÉS, J. M. M. *Bullying. El maltrato entre iguales. Agressores, víctimas y testigos em la escuela*. Salamanca:Amarú, 2006^a.
- AVILÉS, J. M. M. (2006b). Diferencias de atribución causal en el *bullying* entre sus protagonistas, *Revista electronica de investigación psicoeducativa*, nº 9, Vol 4 (2), pp. 204-220, 2006b.
- AVILÉS, J. M M. & MASCARENHAS, S. *Bullying – agressividade, conflito y violencia interpersonal. Diferencias de atribución causal de sus protagonistas em enseñanza secundaria obligatoria de Espana (Valldolid) y Brasil (Amazonas/Humaitá)*, in Barca, A., Peralbo, M, Porto, A, silva, B, Almeida, L., *Libro de actas IX Congresso internacional galego-portugué de psicopedagogía, A Coruña, Universidade da Coruña, – Revista Galego-portuguesa de psicología e educacion, -141-153.2007-a.*
- AVILÉS, J. M M. & MASCARENHAS, S. Diferencias de percepción em la tipologia del maltrato entre iguales (Bullying) entre sus participantes a partir de dos muestras de enseñanza secundaria obligatoria de España (Valldolid) y Brasil (Amazonas/Humaitá), *In Barca, A., Peralbo, M, Porto, A, Silva, B, Almeida, L., Libro de actas IX Congresso internacional galego-portugué de psicopedagogía, A Coruña, Universidade da Coruña, – Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educacion, -154-166.2007-b.*
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética*, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- BRASIL, *Programa Nacional de Direitos Humanos I*. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais, temas transversais*, Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- BRASIL, *Programa Nacional de Direitos Humanos II*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.
- BRASIL, *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos I*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.
- BRASIL, *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos II*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- COSER, L. A. Conflito. In. SILVA, B. e Col., *Dicionário de ciências sociais*, Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- DELOURS. J. & Col. *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI*, São Paulo: UNESCO/MEC/Cortez, 2002.

- FANTE, C. *Fenômeno Bullying como prevenir a violência nas escola e educar para a paz programa educar para a paz*, Campinas: Verus, 2002.
- FERREIRA, L. *60 anos: declaração universal dos direitos humanos* disponível em <http://pmonline.com.br> acesso em 19/3/2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*, São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- FRITZEN, S. J. (2007). *Relações humanas interpessoais nas convivências grupais e comunitárias*, Petrópolis: Vozes, 2007.
- HIRIGOYEN, M – F. (2007). *Assédio moral a violência perversa do cotidiano*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- LEYENS, J-P. & YZERBYT, V. *Psicologia social*, nova edição revista e aumentada, Lisboa: Edições 70, 2004.
- LIMA, L. P. Atitudes: Estrutura e mudança, Capítulo VIII, páginas 187-225 in VALA, J. & MONTEIRO, M. B. *Psicologia social*, 6ª edição, Lisboa, Fundação Caloute Gulbenkian, 2004.
- MAGENDZO, A. *Educación en Derechos Humanos: apuntes para una nueva práctica. Chile: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación y PIIE, 1994*
- MARINHO, M. L., & CABALLO, V. E. Comportamento anti-social infantil e seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 3(2) 141-147, 2002.
- MARTINS, M. J. D. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados, *Revista Portuguesa de Educação*, V. 18, nº 1, 93-116, 2005.
- MASCARENHAS, S. & ALMEIDA, A . T. Gestão do *bullying* e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes na educação de jovens e adultos do Brasil (Rondônia). In I. LEAL, J. PAIS RIBEIRO & S. N. de JESUS (Eds.), *Actas 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde – Saúde e Qualidade de Vida* (83-90). Lisboa, ISPA, 2006.
- MASCARENHAS, S. Gestão do *bullying* e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia). In I. LEAL, J. PAIS RIBEIRO & S. N. de JESUS (Eds.), *Actas 6º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde – Saúde e Qualidade de Vida* (109-110). Lisboa, ISPA, 2006ª.
- MASCARENHAS, S. Gestão do *bullying* e da indisciplina e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia). *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7 (1), 95-107, 2006b.
- MASCARENHAS, S., HERNÁNDEZ-PINA, F., ALMEIDA, A T., & AVILÉS-MARTINEZ, J. M. Gênero, bullying e cidadania: desafios da gestão de uma educação para os valores no ensino superior no Amazonas (Humaitá/Brasil) In PEDRO, A. P. MARTINS, a. & FERNANDES, C. *Livro de actas Congresso Educação e Democracia representações sociais, práticas educativas e cidadania*, 2 e 3 de maio de 2007, Universidade de Aveiro, Portugal, 579-585.
- MARTINS, M. J.D. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 93-115, 2005.
- MONTEIRO, M. B. Conflito e negociação entre grupos, capítulo XIII, páginas 411-456 in VALA, J. & MONTEIRO, M. B. *Psicologia social*, 6ª edição, Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2004.
- ONU Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução 217 A (III), *Declaração universal dos direitos humanos*, Paris, 1948.

- PERALTA, J. SÁNCHEZ, M. D. TRIANES, M. V., & De La FUENTE, J. Estudio de la validez interna e externa de un cuestionario sobre conductas problemáticas para la convivencia según el profesor, *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4 (1), 83-96, 2003.
- SANTOS JR., B. *Direitos humanos. Um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SANTOS, Robson dos. Afinal, o que são direitos humanos? *Revista SOCIOLOGIA – ciência & vida*, nº 5. 25-37, 2007
- SEMINÁRIO, F. L. P. (1986). Agressividade. In SILVA, B. e Col., *Dicionário de ciências sociais*, Rio de Janeiro:FGV.
- ZENAIDE, Maria de Nazaré (org.). *A Formação em Direitos Humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão*. João Pessoa: Editora UFPB, 2006.